

Ata da Reunião para apresentação dos Projetos de Lei LDO e LOA do Município de Taquara

Aos oito dias do mês de dezembro de dois mil e quatorze, às 15h10min no Plenário da Câmara Municipal de Vereadores de Taquara, foi realizada a Reunião com a Sr.ª Patrícia Liege de Vargas. A presente Reunião foi requerida pelo Poder Executivo, através do Ofício de Nº 628/2014, encaminhado pelo Sr. João Carlos de Moura – Secretário de Orçamento e Finanças do Município de Taquara. Estavam presentes os Vereadores: Adalberto Carlos Soares, Anildo Ribeiro Araújo Arleu Machado de Oliveira, Adalberto dos Santos Lemos, Guido Mário Prass Filho, Luiz Carlos Balbino de Oliveira, Moisés Cândido Rangel, Nelson José Martins, Regis Bento de Souza, Sandra Beatriz Schaeffer, Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira, Telmo Vieira, Valdecir Vargas de Almeida. Estavam ausentes os Vereadores Eduardo Carlos Kohlrausch e Lauri Fillmann. O depoimento dos presentes na reunião encontra-se gravado na íntegra no arquivo digital de áudio no CD-ROM em anexo. O objetivo da Reunião foi para que pudessem ter uma discussão mais ampla sobre os Projetos de Lei da LDO e LOA, e com isso que os Vereadores pudessem esclarecer suas dúvidas. A Sr.ª Patrícia Liege Vargas fez a explanação de todas as Verbas e Recursos onde na sequência foi aberto espaço aos Vereadores para fazerem seus questionamentos e apresentarem emendas. O Vereador Regis Bento de Souza se manifestou apresentando oito Emendas ao Projeto da LDO. Pode ter questões que o mesmo diz até ter se sobressaído. Devido ao curto espaço de tempo que tivemos para analisar, tentei ao máximo me inteirar do Projeto. Pede que seja analisado no decorrer para que até o momento da votação tenham os devidos entendimentos. Informa que a taxa de Coleta de Lixo é constitucional conforme Lei que possui em mãos, e que gera um valor de R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais), a qual fornecerá cópia da Lei. Solicitou atenção diferenciada com relação às taxas, as receitas. Diz possuir esta informação agora, pois começou com a discussão sobre a taxa de Incêndio, onde houve Reunião, Audiência Pública. Apresentou um Projeto Lei de Emendas às legislações que existem no que tange as penalidades, legislação, obrigação corresponde à utilização integral dos recursos. O Projeto foi encaminhado ao Departamento Jurídico da Casa onde, foi constatada a inconstitucionalidade da Taxa de Incêndio, pois até então achávamos que era constitucional e as taxas de conservação de calçamento e de limpeza pública que olhando no orçamento, é um valor de R\$ 680.000,00 (seiscentos e oitenta mil reais), que precisará ser ajustado na despesa. Com isso, apresentou na despesa algumas reduções. Não foi criada nenhuma nova rubrica. Foi feita apresentação de algumas deduções de rubricas orçamentárias de despesas com relação à folha de pagamento, pois no entendimento do Vereador Regis deverá ser reduzido o número de CCs (Cargo em Comissão), pela questão financeira do Brasil, do Estado e correspondente para nosso Município nos anos de 2015 e 2016, pois no ano de 2014 já foi difícil e será muito mais difícil nestes anos seguintes, pois como falou a Patrícia, a inflação apresentada não é a praticada. O Vereador Regis em seus relatórios que produziu fez deduções onde: Solicitou que sejam reduzidos os valores das seguintes rubricas, onde especificou o Gabinete do Prefeito, o número da rubrica, qual é a ação, o valor da folha de pagamento dos servidores que é de R\$ 900.000,00 (Novecentos mil reais) para R\$ 400.000,00

Ata da Reunião para apresentação dos Projetos de Lei LDO e LOA do Município de Taquara

(Quatrocentos mil reais). Solicitou que seja acrescentado o recurso para as seguintes rubricas, pois de onde foi tirado o valor, foram transportados para outras rubricas como, por exemplo, a rubrica de Nº 14208 que era de R\$ 180.000,00 (Cento e oitenta mil reais) passou para R\$ 480.000,00 (quatrocentos e oitenta mil reais) tirando R\$ 300.000,00 (Trezentos mil reais) do valor da rubrica de origem Nº14185, do Gabinete do Prefeito. Saiu da função Folha de Pagamento de CCs, pois de for diminuído que seja do CCs, que exonerasse estes CCs para que seja ajustado e este valor seja investido em outras áreas, que seja acrescido em outras rubricas. A Vereadora Sirlei Teresinha Bernardes da Silveira questionou dizendo que entende não ser prerrogativa do Vereador mexer na alteração do cargo de CCs. Mas, informado pela Sr.ª Patrícia, não está escrito nos relatórios redigidos pelo Vereador Regis, que Vereadores teriam esta prerrogativa de fazer esta redução nos CCs. O que ele alterou foi previsão orçamentária, com redução nesta situação. O Vereador Regis Bento de Souza salientou que existem questões que não levantou no momento, mas que serão levantadas por outros Vereadores. Relata que faz o enfrentamento desta discussão, pois entende que deva ser feito o ajuste da Folha de Pagamento, pois é onde poderá ser feito a redução. No Servidor Público Concursado já está rebaixado não tem como tirar, pois está faltando o que já é dele de direito. O CCs é o caminho legal para o Prefeito em determinadas áreas reduzir para fazer investimentos. Este é o entendimento do Vereador Regis e, por isso que colocou desta forma. Todas onde fez a redução da verba de despesa pré-estipulada foi destes fins, não pejorativamente, mas onde entende que possa ser retirado para que possa ser investidas em Praça Pública, Canalizações, Escolas e em diversas outras ações. Já fez o protocolo na Casa destas situações e encaminhou à Mesa Diretora, onde pede uma atenção especial que estas Receitas que são inconstitucionais sejam estudadas pelo Poder Executivo. Fará uma ampla divulgação destas inconstitucionalidades para que não venha uma avalanche de ações contra a Prefeitura, solicitando a devolução e, com isto inviabilizando a execução de Projetos. Portanto fazendo a programação desta situação de maneira cordial, inteligente, com certeza poderão enfrentar situações mais difíceis que virão de uma maneira mais positiva. A Sr.ª Patrícia informou que levará ao conhecimento do Executivo o que foi levantado referente a esta inconstitucionalidade. O Vereador Regis Bento de Souza torna a frisar que a taxa de coleta de lixo é constitucional, que poderão ficar tranquilos, pois a receita no valor de R\$ 2.500.000,00 (Dois milhões e quinhentos mil reais) permanecerá, o problema é o valor de R\$ 680.000,00 (Seiscentos e oitenta mil reais), onde é inconstitucional a cobrança das taxas de incêndio, conservação de calçamento e limpeza pública, que deve ser ajustado. O tempo exíguo, estudo e o afastamento de contatos, pela complexidade da matéria, pois é o futuro que estamos prevendo, não somente da despesa, mas também da receita, em ações que irão influir em nossas vidas cotidianas, resultou em tomarmos uma decisão muito rápida em onde decidir fazer o corte destes R\$ 680.000,00. Se o Executivo entender que deverá continuar, poderá tão logo no meio da transição do Governo no ano de 2015, poderá não ter por ser inconstitucional. Devido a este curto espaço de tempo optou-se, portanto em reduzir. Fica bastante difícil em prevermos isto e que a Procuradoria do Município se não teve, que tenha rapidamente uma ação, juntamente com as Secretarias e quadro de Vereadores, e, mostrar

Ata da Reunião para apresentação dos Projetos de Lei LDO e LOA do Município de Taquara

para a comunidade a ação tomada, como se diz, cortar na própria carne, pois infelizmente o Município ficará sem esta arrecadação, mas todos juntos. Infelizmente o documento é que faz tomarmos esta ação. Não é questão política nem de lado ou de vontade e sim uma questão técnica. Esta discussão técnica que sendo provocado ao longo tempo pelo Vereador Regis, uma amplitude das Leis corresponde às receitas e despesas. Referente ao Art. 3º da LDO conforme descrito neste artigo, questionou qual a dívida do Município dentro da avaliação que foi feita. Também questionou referente aos Precatórios, onde é estipulado um valor que é um previsto de R\$ 383.000,00. Existe hoje um valor a ser pago ou é um valor que é transitório? Conforme respostas da Sr.ª Patrícia, não é possível informar o valor exato da dívida, devido às questões de uma série de dividas existentes referentes a processos que estão tramitando. Quanto aos precatórios este valor é transitório a cada ano, devido aos que entram neste valor. A justiça informa os Precatórios que deverão ser colocados no orçamento do ano de 2015, e, temos um de valor expressivo para ser incluso no orçamento do próximo ano. Os Precatórios que entrarem até julho do ano atual, será pagos no ano seguinte. O Vereador Regis perguntou com relação a Reserva de Contingente, onde informa que o orçamento estimado é de cento e onze milhões, menos a Câmara, e aonde chegará a um milhão que foi pré-estipulado, o qual é a correta. Na LDO entendo que a Reserva de Contingente não poderá ser utilizada tão amplamente desta forma e sim para pagamento de dívidas que o Município possui ou para compra do Distrito Industrial, que possa ser utilizada para este ou aquele fim. Que seja definida a sua utilização. Em relação às Audiências Públicas, entendeu e sugeriu que fosse ampliado de um para cinco dias antes, pois dentro deste prazo maior, poderão estudar e fazer questionamentos. Durante a reunião, foram feitos questionamentos por outros Vereadores onde respondidas todas as dúvidas pela Sr.ª Patrícia e que constam em CD que segue anexo à presente Ata. Nada mais havendo a tratar, às 16h50min, Vereador Arleu Machado de Oliveira, declarou encerrada a reunião agradecendo a presença de todos e informando que na sequência ocorreria a Audiência Pública para discussão dos referidos Projetos de Lei LDO e LOA. E, para constar, eu, Maria Lucia de Oliveira Souza, servidora da Câmara Municipal de Taquara/RS, lavrei a presente Ata, que segue assinada por mim e pelos Vereadores do Legislativo Taquarense. Sala de Sessões, 08 de dezembro de 2014.....Maria Lucia de Oliveira Souza.